O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - SEM PARTIDO - Obrigado, nobre deputada.

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB - Pela ordem, presidente. Quero usar a tribuna pelo Art. 82, pela bancada do PSB, Excelência.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - SEM PARTIDO - Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, nobre deputado Gil Diniz, satisfação ter V. Exa. presidindo esta Casa. Dizer que ontem foi um dia de muita alegria, pessoalmente, para mim.

Realizei um sonho do meu mandato, de poder concretizar um atendimento que eu sempre achei que deveria ser a prioridade absoluta na política pública do nosso País, sobretudo na Saúde.

Você está dizendo: “Deputado o que é isso que você está tão feliz?”. Eu lhe faço uma pergunta: qual é o maior patrimônio de uma família? Seus filhos. Nós devemos trabalhar incansavelmente pelas crianças. Seja na Educação, que já é um trabalho permanente.

Diversas pessoas, parlamentares, eu mesmo fui Prefeito Amigo da Criança. Fiz de tudo pela criança. Eu pergunto: e a saúde das crianças, como elas estão? E a saúde, como que as crianças estão sendo tratadas na Saúde pública? Em especial na oncologia infantil.

Aqui é uma resposta. Esse projeto que eu apresentei, de um atendimento digno, rápido e urgente, que uma criança com câncer precisa ter. Nós não podemos, em nenhum minuto, enquanto estado, enquanto vida pública, negar, retardar ou adiar um atendimento de oncologia infantil. É um trauma para a família e para a criança.

O nosso projeto garante que os exames e cirurgias deverão ser iniciados e realizados no prazo máximo de cinco dias. Os acompanhantes, que muitas vezes, na grande maioria, são pessoas simples que precisam vir para a capital ou, quando tem perto da sua cidade um centro especializado em oncologia infantil, não têm onde dormir e o que comer.

O estado precisa garantir a acomodação e a alimentação dessa família. E a implantação de, no mínimo - essa é uma obrigação da lei nossa - uma unidade de Saúde especializada em tratamento de oncologia infantil. Ou seja: no mínimo uma unidade de Saúde para cada região - regiões administrativas.

Marília, Campinas, Bauru, Piracicaba, São José dos Campos, Santos, Sorocaba, regiões administrativas de Saúde do estado. Por que? Porque não faz sentido você não ter um atendimento de oncologia infantil numa região administrativa de Saúde. Como que essa família vai sair para vir a São Paulo, num trauma, num hospital padrão?

Hoje eu conheci o Graacc. É o maior hospital referência à oncologia infantil no Brasil. Um médico opera a criança vestido com o super herói que ela quer. A criança está num ambiente agradável, colorido. Parece que ela está numa escola, e não num hospital. Acho que é isso que faz a gente valer o mandato que nós ocupamos. Pelo menos, isso é para mim.

Hoje eu fiquei emocionado. Me reuni com o doutor André, o responsável pelo Graacc. Agradeceu esse projeto de lei. Agradeceu porque aqui, também, nós estamos indicando a fonte de investimento.

Nós estamos indicando de onde virão os recursos. O Supremo Tribunal Federal decidiu, o ano passado, no final do ano passado, que os estados poderão explorar as loterias, como tinha no passado.

O recurso vai ser para isso. Nós vamos drenar, de investimento novo, sem aumentar imposto, sem criar despesa para as pessoas, fruto da arrecadação da loteria paulista, que vai salvar criança.

Para encerrar, presidente. O doutor André me dizia que o atendimento com tecnologia, o atendimento com o que há de melhor que as pessoas precisam, salva vidas. Os índices do Brasil são ruins.

Os índices do Brasil, em cura oncológica, comparado aos outros países, é ruim. Porque não tem tratamento. Nós, como cristãos, não podemos abandonar as crianças. Jesus disse: “Vinde a mim as crianças, pois delas é o reino do Céu.”.

As crianças são prioridade, Excelência. Nós temos que nos esforçar para fazer o melhor para elas.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB - Pela ordem, presidente. Havendo acordo de líderes, pedir o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - SEM PARTIDO - É regimental. Eu queria cumprimentá-lo pelo projeto. Parabéns. É emocionante a sua fala. Tem o meu apoio. Espero, de coração, que seja sancionado e implementado no estado de São Paulo. Que seja um modelo para todo o Brasil. Meus parabéns, deputado. Parabéns pelo projeto pela defesa das crianças.

Havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a presente sessão.

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 42 minutos.

12 DE FEVEREIRO DE 2021

Presidência: CORONEL TELHADA e CASTELLO BRANCO
RESUMO
PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CASTELLO BRANCO
Afirma ter protocolado projeto que visa à revogação do corte de isenção de IPVA para pessoas com deficiência. Diz que a medida seria inconstitucional. Exibe e comenta slides sobre o tema. Manifesta apoio ao PDL 1/20, de autoria do deputado Carlos Giannazi.
3 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA
Crítica medida do secretário estadual da Educação, Rossieli Soares, que condiciona visitas a escolas à prévia autorização da Diretoria de Ensino.
4 - CARLOS GIANNAZI
Crítica determinação do governo estadual que prevê visitas aos estabelecimentos de ensino apenas com agendamento prévio. Diz que deve acionar os órgãos competentes contra essa determinação. Parabeniza o discurso do deputado Castello Branco. Menciona audiência pública virtual, ocorrida ontem, com entidades visando à aprovação do PDL 22/20. Relata que o governo estadual estaria obstruindo a aprovação da matéria.
5 - JANAINA PASCHOAL
Reflete acerca de expulsões de parlamentares do PSL, da sigla, nesta Casa. Alega que aparentemente a medida decorre da oposição realizada pelos mesmos, em relação ao governador João Doria. Discorda da justificativa de infidelidade partidária. Acrescenta que o PSL paulista pode ter sido cooptado pelo PSDB. Defende unidade em torno da apresentação de candidatura de oposição única, para a Presidência desta Casa.
6 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA
Endossa pronunciamento da Deputada Janaina Paschoal.
7 - CASTELLO BRANCO
Assume a Presidência.
8 - CORONEL TELHADA
Menciona aprovação do PL 355/19, de sua autoria, que visa ao oferecimento de leito ou ala separada para mães de natimorto ou óbito fetal. Exibe imagens de visita ao Hospital Infantil Darcy Vargas. Crítica a possível demolição da instituição.

Exibe foto e parabeniza policiais envolvidos em ocorrência na Praça da Sé, de socorro à mulher com fratura no tornozelo. Lamenta a morte do policial militar Bruno Tvardovski Ramalho, no Rio de Janeiro. Sugere que os deputados unam forças para a eleição do novo presidente desta Casa.

9 - CARLOS GIANNAZI

Relata número de mortos pela Covid-19 no Brasil e no estado de São Paulo. Crítica o retorno às aulas presenciais no Estado. Menciona escolas que apresentaram casos de contaminação pelo coronavírus. Informa que em Manaus há 342 professores contaminados após o retorno das aulas presenciais. Afirma que o secretário da Educação, Rossieli Soares, teria ocultado a real situação das escolas públicas do Estado. Defende a responsabilização criminal da citada autoridade.

10 - CORONEL TELHADA

Para comunicação, lamenta o falecimento do ex-governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins.

11 - CORONEL TELHADA

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

12 - PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 15/02, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior, e recebe o expediente, hoje, dia 12 de fevereiro de 2021.

Iniciamos o Pequeno Expediente com os seguintes oradores inscritos. Primeiro orador, Coronel Telhada. Farei uso posteriormente da palavra. Deputado Castello Branco.

Vossa Excelência tem a palavra pelo tempo regimental.

O SR. CASTELLO BRANCO - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - População de São Paulo, estamos protocolando hoje, e declaramos nesta tribuna o registro de um projeto de lei para revogar o absurdo que é a isenção dos impostos para as pessoas com deficiências. Tem que ser retirada essa maldade que foi feita pelo governador de São Paulo.

Eu preparei aqui uma pequena apresentação para que vocês entendam o que está sendo feito. O governo de São Paulo corta a isenção de IPVA, Imposto sobre Veículos Automotores, de 80% para as pessoas com deficiência. Já não bastasse o drama que é a pessoa com deficiência física, neste país, para que o governo do estado de São Paulo piore ainda mais a sua situação.

Como dizíamos no Exército, nada está tão ruim que não possa ficar ainda pior, principalmente com esse governo. Então, vamos lá.

- É feita a apresentação.

O governo corta, está aí a matéria da “ Folha de S. Paulo ”, a isenção de IPVA em 2021 de 80% das pessoas que se declaram com deficiência. Já não gostei do termo. A pessoa não tem uma perna, não tem um braço, está com uma prótese. Então, ela é Muito bem, vamos lá.

A Lei estadual nº 17.293, pacote da maldade, ajuste fiscal do Sr. Doria, que entre outras medidas do pacote, no seu Art. 21, gerou um novo regramento absolutamente discriminatório, inconstitucional em relação às pessoas com deficiência, excluindo a referida isenção do IPVA para mais de 80% dessas pessoas.

O governo de São Paulo mudou as regras para a isenção do IPVA para pessoas com deficiência. Mudou assim, porque na cabeça dele, ele acha que o critério deixou de ser somente a doença do motorista e passou a ser a necessidade de um carro adaptado para a sua deficiência.

De acordo com essa lei, tem direito à isenção de IPVA somente as pessoas com deficiência física severa ou profunda, física, visual ou intelectual e que utiliza o veículo adaptado para se locomover. Um absurdo, porque ele vai agora editar o critério a seu bel prazer e vai Bom, como já fez prejudicar milhares de pessoas.

Esse novo dispositivo que foi a aprovação do PL 529, infelizmente tramitou nesta Casa e passou por um voto, resultou na extinção da isenção do IPVA para pessoas com deficiência que não possuem carro adaptado, excluindo-se a quase totalidade das pessoas deficientes condutoras da isenção do IPVA. Assim, criou categorias distintas beneficentes. O benefício agora será restrito a um único veículo. Se não bastasse piorar, ele quer piorar ainda mais.

Vamos lá. As pessoas com deficiência em que não é necessária adaptação veicular, como por exemplo hémria de disco, que eu tenho, tendinite, síndrome do túnel do carpo, artrose e outras doenças que causam muita dor, que têm crises severas, teriam que pagar imposto diferente das regras de 2020.

Dos cerca de 330 mil veículos que tiveram isenção de IPVA para pessoas com deficiência em 2020, apenas 65 mil, ou seja, cerca de 20% continuarão com o benefício, fome arrecadatória do Estado, vontade de ganhar mais. Não satisfeito em assaltar os cofres públicos, quer abocanhar mais.

Com a nova regra terão direito à isenção neste ano de 2021 em torno de 35 mil veículos adaptados e 30 mil não condutores. Quem não pode dirigir por conta da deficiência mais possui carro guiado por outra pessoa. Os autistas, por exemplo, e as pessoas com deficiência física visual ou mental, severa ou profunda, não condutores continuam beneficiadas. É porque não dá para tirar, viu Prof. Giannazi? Senão ele tiraria.

Terminando essa parte teórica, verifica-se que a nova exigência estabelecida pela lei estadual para a concessão de isenção de IPVA, que o veículo seja necessariamente adaptado, etc, etc.

Muito bem, terminando a minha apresentação, não é às custas de se praticar discriminação contra as pessoas deficientes que se deve buscar aumento da arrecadação do Estado. Não se busca aumentar a arrecadação limitando ou tirando direitos fundamentais.

Neste momento, eu exalto aqui a figura do nobre professor Carlos Giannazi, que com seu PDL 01/2021 busca também revogar esse absurdo. E eu também entro com um projeto de lei revogando o absurdo que é esta lei.

Senhores, vamos nos levantar contra o autoritarismo do governador, contra a sua má vontade de ajudar e a sua sede de ganância por atrapalhar.

População de São Paulo, juntos somos mais fortes, com a graça de Deus somos todos um só.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sr. Deputado. Próxima deputada, deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputado Rodrigo Gambale. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Reinaldo Alzug. (Pausa.) Deputado Frederico d’Ávila. (Pausa.) Deputado Maurici. (Pausa.) Deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi, que está proibido de ir para as escolas. Eu estou sabendo É verdade, não é? O secretário proibiu. Vocês não sabem disso? Nós estamos proibidos de fazer fiscalização? Ou seja, vocês foram eleitos para ficar falando no plenário só, viu? Não pode fiscalizar, não.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - É, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Desculpe, Giannazi, desculpe. Eu só quis fazer um comentário a respeito do seu trabalho, um trabalho forte, a gente sabe disso.

Então, neste momento com a palavra o deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, V. Exa. tem razão, deputado Coronel Telhada. Na data de ontem, o secretário da Educação, Rossieli “Weintraub”, encaminhou um comunicado externo para todas as escolas da rede estadual, o Comunicado 147, de 2021, que trata do acesso às escolas da rede estadual, dizendo o seguinte: “por conta da necessidade de controlar o acesso às escolas da rede pública estadual”, o que ele fez?

“ E considerando os diversos agentes que transitam no ambiente escolar, desde parceiros pontuais até parlamentares.” Olha só, “até parlamentares e agentes dos órgãos sanitários, aí fica definido que o acesso de quaisquer agentes externos a unidades escolares fica condicionado ao prévio agendamento,” prévio agendamento “junto da Diretoria de Ensino de cada região”. Um absurdo isso, isso não existe. É o AI-5 da Educação.

Eu já acionei o Ministério Público Estadual e o nosso Conselho de Prerrogativas para que essa medida, pelo menos nesse aspecto de proibir, de dificultar a fiscalização das escolas, dos equipamentos públicos da Educação, que essa medida seja anulada imediatamente, até porque nós não vamos respeitar, porque ela afronta toda a legislação, afronta a prerrogativa e o dever do parlamentar em fiscalizar o Executivo, deputado Castello Branco.

Vossa Excelência não vai mais poder visitar equipamentos públicos sem autorização. Isso é absurdo, nós não vamos respeitar isso. É desobediência civil. E quero, deputado Castello Branco, parabenizá-lo pela intervenção didática, pedagógica que V. Exa. sempre faz no plenário.

Vossa Excelência é um verdadeiro professor, porque explica muito bem, usando aqui os recursos tecnológicos, para que a população entenda as maldades do governador, as perversidades. E ainda apresentou um projeto de lei importante para revogar essa medida que acabou com a isenção para as pessoas com deficiência.

Então, parabéns, conte com o meu total apoio na aprovação do seu projeto, deputado. Já tinha apresentado um PDL também, mas vamos somar forças; um projeto de lei e um PDL, juntos vamos revogar essa medida.

E também dizer que ontem nós realizamos uma grande audiência pública na Assembleia Legislativa, foi virtual, mas com a presença de dezenas de entidades representativas dos servidores, aposentados, pensionistas na nossa luta para aprovar o PDL nº 22, que acaba com o confisco, que acaba com o roubo, com o assalto praticado pelo governo Doria em relação aos aposentados e pensionistas.

Hoje é dia 12 de fevereiro, sexta-feira, e nós continuamos na luta; ontem foi dia 11, nós fizemos audiência pública e nós estamos em uma luta imensa para aprovar o PDL. O nosso PDL nº 22, gente, já foi aprovado no congresso de comissões, muitos dizem “Ah, mas tem que voltar para o congresso...”, não. Nosso PDL não precisa mais voltar para o congresso de comissões para as comissões permanentes, até porque ele já foi aprovado por todas elas.

O que existe é uma emenda de plenário, uma emenda que acrescenta um artigo que nada afeta o objetivo central do PDL, que é a revogação, a anulação do decreto - aí sim, o decreto perverso e maldooso - do governador Doria, que confisca o salário dos aposentados e dos pensionistas, o decreto 650/21. O PDL é para isso, é para revogar, para anular.

Tem gente espalhando fake news, até deputados e deputadas, sabotando o nosso PDL, tentando causar intrigas, mas não há; o projeto tem amparo constitucional, tanto é que ele já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, então não tem.

Do ponto de vista jurídico, do ponto de vista técnico, do ponto de vista legislativo, todas as condições estão dadas para a aprovação do PDL aqui na Assembleia Legislativa, o que falta agora é a pressão política em cima, sobretudo dos representantes do governo, porque até deputados da base estão querendo votar o nosso PDL.

Agora o governo tem que parar com a obstrução aqui nesta Casa, por isso que, mais uma vez, eu peço apoio para a aprovação imediata e urgente do nosso PDL nº 22, que acaba definitivamente com o confisco das aposentadorias e das pensões dos servidores que estão com o salário abaixo do teto do INSS.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sr. Deputado. Próximo deputado: Major Mecca. (Pausa.) Deputado Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal, V. Exa. tem o tempo regimental.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento V. Exa., todos os colegas, os funcionários e as pessoas que nos acompanham. Eu vou tratar de um tema aparentemente externo à Casa, mas que tem muita repercussão, muito impacto em nosso trabalho aqui internamente. Já de algum tempo, os colegas que integram a bancada vêm recebendo cartinhas de expulsão. Então, houve a expulsão do Gil, do Douglas, que são pessoas mais contundentes...

Mas aí chega a cartinha de expulsão da Valéria, que defende as suas ideias de maneira contundente. Mas eu, por exemplo, nunca presenciei a Valéria adjetivando - vamos dizer assim - os dirigentes partidários ou, mesmo assim, pessoas aqui dentro da Casa com quem ela tem algum tipo de divergência, nunca presenciei.

Depois da cartinha de expulsão da Valéria, chegou a cartinha de expulsão do d’Ávila. Aí recebi a notícia - até esperei para confirmar - de que chegou uma cartinha de expulsão também do deputado Castello. Então, em resumo: éramos quinze, somos treze, e, se essas cartinhas forem adiante, logo seremos dez, e eu não sei quantos mais receberão essas mesmas cartinhas.

O argumento é de infidelidade partidária, porque cada um desses colegas teria também apoiado candidatos de outras siglas. Esse argumento não prospera porque todos nós - inclusive pessoas que estão na diretoria do partido -, em algum momento, fizeram vídeo, tiraram uma foto, manifestaram uma simpatia por um candidato a vereador, um candidato à Prefeitura que não era do partido...

Então, se esse é um argumento para A, tem que também ser um argumento para B. O outro argumento é de que apenas a ala bolsonarista estaria sendo expulsa, então, que seria em decorrência de uma situação, de uma cisão nacional. Se isso fosse verdade, os deputados federais que estão no PSL já não mais deveriam estar.

Com isso, não estou aqui pedindo a cabeça de ninguém, só estou fazendo um raciocínio de lógica. Se é verdade que os deputados estaduais da nossa bancada serão ou estão sendo expulsos por serem bolsonaristas, aqueles colegas federais que são ainda mais bolsonaristas do que os bolsonaristas daqui, ou pelo menos mais barulhentos, também deveria ser expulsos.

A gente não quer fazer acusação contra ninguém, mas existe algo que une os colegas que vêm sendo expulsos sucessivamente: a oposição ferrenha ao governador João Doria. Então, a sensação que eu tenho é de que essas expulsões, muito embora se utilize o argumento de que é uma determinação da nacional, de que é uma questão nacional, têm a ver com a oposição que é feita ao governador João Doria.

Nós sabemos que o PT faz uma oposição de oportunidade, porque tem essa situação da Mesa, eles querem ficar na 1ª Secretária, os cargos da 1ª Secretária. Há décadas eles dividem o poder nesta Casa. Então, de verdade, o governo começou a sentir resistência com a chegada desse grupo.

Eu não me considero uma bolsonarista, mas, na medida em que olho projeto por projeto, me manifesto sobre ação por ação, programa por programa, também venho causando muita dificuldade. Meu intuito não é causar dificuldade para ninguém, meu intuito é olhar com um olhar distanciado e justo cada uma das medidas, tanto é que apoio algumas e vou contra outras.

Mas não é possível deixar de reconhecer que o que há em comum entre o Gil, o Douglas, a Valéria, o Castello, o d’Ávila, o Mecca, que ainda, até onde sei, não recebeu sua cartinha, não tem nada a ver com apoiar candidato de outro sigla, nem ser bolsonarista: é bater diuturnamente no governador João Doria.

Então, eu fico muito preocupada com a possibilidade de o PSL de São Paulo ter sido cooptado pelo PSDB estadual. Não consigo ver outro caminho. Não conseguimos fazer uma eleição de liderança de maneira livre. Basta um colega dizer que vai se candidatar, vem a cartinha de expulsão. Nós estamos às vésperas de fazer a nossa eleição aqui para a Mesa, e todos nós sabemos como é importante para o governador mandar no presidente da Casa.

Então também é um momento propício para gerar, vamos dizer assim, problemas para uma bancada que é grande e que, dia a dia, fica menor e consequentemente mais fraca, porque, quando nós perdemos deputados, nós perdemos cadeiras nas comissões, nós perdemos voz, nós perdemos possibilidade de verificar votações.

Então eu venho aqui. Não estou acusando, mas estou levantando uma hipótese que precisa ser avaliada. Precisa ser avaliada pelos colegas, pela imprensa e pelos dirigentes do partido, porque, quando um partido grande coopta um partido pequeno não se sabe como, quem sofre é a democracia.

Eu tenho conversado com os colegas que são candidatos à Presidência desta Casa, rogando que, em nome de São Paulo, nós façamos uma chapa única de oposição. Todos os potenciais candidatos são bons, seriam todos bons presidentes, mas nós só podemos trabalhar com a hipótese de eleger um.

Então eu solicito esse desprendimento para que nós posamos ter uma Mesa minimamente independente, para que as bancadas não sejam manipuladas como vêm sendo, e eu acredito verdadeiramente que isso está acontecendo com a bancada do PSL dentro desta Casa.

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sra. Deputada. Creio que a senhora, como sempre, está com a razão.

A próxima deputada é a deputada Leticia Aguiar. (Pausa.) Deputada Damaris Moura. (Pausa.) Deputada Adriana Borgo. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.)

Pela lista suplementar, deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Solicito que o deputado Castello Branco assuma a Presidência dos trabalhos para que eu possa fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE - CASTELLO BRANCO - PSL - Com a palavra o Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Muito Obrigado, Sr. Presidente. Sra. Deputada, Srs. Deputados, assessores e funcionários, todos que nos assistem pela Rede Alesp, quero cumprimentar o soldado Arthur, jovem soldado.

Quantos anos você tem? (Fala fora do microfone.) Vinte e seis anos. O jovem soldado Arthur hoje faz a nossa segurança, representando a nossa assessoria policial militar. Muito obrigado, Arthur.

Quero saudar hoje todos os amigos aqui, e quero começar falando do meu projeto que foi aprovado nesta Casa, na quarta-feira, o Projeto 355/2019, um projeto que prevê e obriga as redes públicas e privadas de Saúde a oferecerem leito ou ala separada para as mães de natimorto e/ou com óbito fetal.

É uma lei, eu acho, de suma importância para todos os paulistas, aliás, todos os brasileiros. Ninguém está livre de passar por uma situação tão difícil assim. E é uma lei desta Casa, quero deixar bem claro. Eu não tenho aqui, eu sempre viu claro, não tenho obsessão pelo poder. Não tenho, e nem quero.

Acho que estou aqui para trabalhar pelo povo, tanto que as duas deputadas vieram conversar comigo, uma do PSOL e a outra da REDE, e pediram para serem coautoras desse projeto, e de imediato eu aceitei. Para verem que não tem aqui a pessoa “eu”, e sim “nós”.

A deputada Monica e a deputada Marina também entraram aqui comigo. Quando elas entraram a esta Casa, pediram. Eu acabei aceitando a coautoria delas, justamente para fortalecer o processo.

Espero que o governador tenha o bom senso em sancionar esse projeto, que é um projeto importante para a população de São Paulo. Então, nós estamos trabalhando por todos. Não é só pela Segurança Pública, não. Aqui nós trabalhamos por todos as matizes, por todas as necessidades do povo de São Paulo.

A Janaina veio aqui, o Giannazi, acho que até o Castello veio aqui, o Frederico, falaram do absurdo que querem fazer no Hospital Infantil Darcy Vargas. Eu trouxe algumas fotos, para vocês verem, que eu gosto de mostrar e provar o que falo.

Eu sempre fui um apoiador desse hospital, estive em vários eventos com o pessoal do Darcy Vargas, e devido à importância desse hospital. E nós sabemos que mais uma vez tem sido feito lá especulação imobiliária. Eles querem tirar esse hospital de lá, para usar o terreno. Padrão Doria. Infelizmente, a realidade é essa.

Nós mostramos lá, na feira do Fundo Social de Solidariedade. Aliás, eu me esqueci de trazer aqui as fotos, Srs. Deputados. Na quarta-feira estivemos lá. Na quinta-feira encostaram vários caminhões lá e já começaram a retirar o material. Não sei para onde levaram. Acho que é para falar que é mentira. Vão falar que é fake news, mais uma vez. Se precisar, eu trago as fotos aqui.

Mas, quanto ao hospital Darcy Vargas, eu também tenho recebido vários pedidos da população. Este aqui é do Joselito Gomes Rio, “será que as maldades desse governador não têm fim? Ficamos chocados com a notícia sobre o Hospital Darcy Vargas. Demolir um hospital infantil é o que faltava no currículo do Sr. João Doria.”

Isso me lembra os grandes ditadores, Hitler, Mussolini, Stalin. Mesmo padrão.

O não tombamento do Centro Esportivo do Ibirapuera é outro caso de pura especulação imobiliária. Temos que preservar o patrimônio do Estado. Não precisamos de mais um shopping center.

Sabemos que V. Exa., no caso, falaram de mim, mas eu tenho certeza de que todos os colegas aqui presentes não compactuam com esse ato típico do governador, e que fará oposição aos desmandos do ditador Doria. Com certeza contem comigo nesse trabalho de apoio ao Hospital Infantil Darcy Vargas. Queria colocar uma foto.

- É exibida a fotografia.

Essa foto aconteceu essa semana na Praça da Sé, onde policiais militares efetuavam o patrulhamento a pé. Soldado Marina e soldado Bianco estavam no patrulhamento na região da Sé quando uma senhora caiu ao solo passando mal, pedindo socorro. Ela tinha sofrido uma fratura no tornozelo.